



**PARTE A**

LICITAÇÃO N.º 034/CPL/2017  
PROCESSO N.º 1639/2017  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO: MENOR PREÇO POR CENTIMETRAGEM  
ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO  
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00  
DOTAÇÃO: 66  
PROGRAMA DE TRABALHO: 5.1.4.131.3.2005  
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 89.100,00 (Oitenta e nove mil e cem reais).  
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 06 DE SETEMBRO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS

**REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 06 DE SETEMBRO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI.**

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através dos telefones (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: [licitacaopmpparacambi@gmail.com](mailto:licitacaopmpparacambi@gmail.com), mediante entrega de 01 RESMA DE PAPEL A4 e apresentação de carimbo de CNPJ.

**SECRETARIA REQUISITANTE:** Secretaria Municipal de Governo, situada a Rua Juiz Emílio, 528 – Centro – Paracambi – RJ, Tel: (21) 2667-2827.

**VALIDADE DO CONTRATO:** 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Minuta de Contrato

Elias Ferreira da Rosa  
Pregoeiro



**PARTE B**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **ELIAS FERREIRA DA ROSA** e equipe de apoio: **ALESSANDRA FARIA DOS SANTOS e RONALDO CARMO GALVÃO** designados pela Portaria nº 050 de 17 de Janeiro de 2017 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **034/CPL/2017**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO CENTIMETRAGEM**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

**1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **06 DE SETEMBRO DE 2017 ÀS 09:00HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **06 DE SETEMBRO DE 2017 ÀS 09:00HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local independentemente de comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – **SECRETARIA REQUISITANTE: SEMUG** – Secretaria Municipal de Governo, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ.

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: [cpl@paracambi.rj.gov.br](mailto:cpl@paracambi.rj.gov.br), mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

**2 – OBJETO**

2.1 – A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI**, descritos e especificados no ANEXO 6 – Projeto Básico.

**3 – PARTICIPAÇÃO**

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, as pessoas físicas ou jurídicas que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.4 - Vedada a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.



3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Público Municipal de Paracambi, por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

3.8 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

#### **4 – CREDENCIAMENTO**

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando o se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembléia, indicando os atuais responsáveis pela Administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta, fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, acompanhada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social, devidamente autenticado, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – Estará impedido que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.



4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, e fora de qualquer envelope a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (anexo 2), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.5 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10:00 as 16:00 horas.

4.6 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.7 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

## **5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta  
**ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS**  
**LICITAÇÃO N.º 034/CPL/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

Apresentação do envelope de documentação:  
**ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**LICITAÇÃO N.º 034/CPL/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

## **6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação e da proposta de preços, até o horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário



previstos no item 1.1.

6.2 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.3 - A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega das propostas;
- d) prazo para iniciar a prestação será 05 (cinco) dias, após o recebimento, pela contratada, da autorização formal para o início da execução contratual, a ser emitida pelo titular do órgão requisitante.
- e) prazodevalidade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.



6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – não estejam devidamente assinadas;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexequível ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.
- VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de global como inexequível, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

## **7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço o item.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;





7.9 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como lances oferecidos durante a sessão pública;

7.10 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

7.11 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

7.13 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.14.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.14.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.15 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

7.16 – As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, que deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração (ANEXO 5) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar nº 123/2006.

## 8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR CENTIMETRAGEM**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor global, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.15 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.



8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.6 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, melhor classificada, será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem de classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.6 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou por microempreendedor individual.

8.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.11 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.12 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.12.1 – Não ocorrendo o oferecimento de lances verbais, havendo empate, deverá ser observado, para fins de desempate, a preferência na contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte conferida pela Lei Complementar nº 123/06.





8.13- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.14 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, ao Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por centimetragem e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.15 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.16 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.17 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

## **9 - HABILITAÇÃO**

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2 – Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 –Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

**9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:**

### **9.2.1 Habilitação Jurídica**

9.2.1.1 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.2 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado do documento de identificação dos responsáveis;



9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;

9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;

9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;

9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

#### 9.2.1 Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;

9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).

9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.

9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.

9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.

9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.



- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

### 9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira

- 9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado da DHP - Declaração de Habilitação Profissional, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**ILG  $\geq$  1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:**

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

**Sendo:**

**ILG:** índice de liquidez geral;

**AC** = ativo circulante;

**PC** = passivo circulante;

**RLP** = realizável a longo prazo,

**ELP** = exigível a longo prazo.

- 9.2.3.1.1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.
- 9.2.3.1.2 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.31, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.



9.2.3.1.3 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

**9.2.4 – Qualificação Técnica:**

9.2.4.1 - Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu objeto semelhante ao deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, o grau de satisfação.

**9.2.5 – Documentação Complementar**

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;



- Não possui em seu quadro funcional servidor público municipal ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

## 10 – IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2. O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.1. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.2 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.3 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

## 11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas ao Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número



de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

## **12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

## **13 – DO RECEBIMENTO**

13.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva prestação dos serviços, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Municipal de Governo, através de 3 (três) servidores designados.

## **14 - PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO**

14.1 – Assinado contrato, o prazo máximo para o início da execução deverá ser imediato, a contar da data de autorização de início de serviço, conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

14.2 - O prazo de vigência do contrato administrativo somente poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no artigo 57, caput e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93.





## 15 – DO CONTRATO

15.1. Homologada a licitação, a CPL, convocará o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do contrato, devendo o mesmo comparecer para assinatura, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e, subsidiariamente, nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o MUNICÍPIO convocará a LICITANTE para assinar o contrato no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

15.3 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar o contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido à aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.4 – Na hipótese de desistência, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor.

15.5 – Nas situações previstas no subitem 15.3, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.6. Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, está poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

## 16 – DA GARANTIA

16.1 – O **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações da **CONTRATADA**.

16.2 – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

16.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

## 17 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1 – O contrato resultante da presente licitação poderá ser modificado pelo MUNICÍPIO, sendo mantidas as suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus parágrafos 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal 8666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

17.2 – Durante a vigência do contrato original o preço estabelecido para execução do serviço deverá ser fixo e irrevogável, conforme prevê o art. 40, XI, da Lei Federal 8.666 de 1993.

## 18 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

18.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Governo.

18.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo MUNICÍPIO não eximirão a empresa a ser CONTRATADA de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

## 19 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DEMAIS PENALIDADES

19.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante vencedora**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:



- a) advertência;
- b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520 de 2002.

19.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

19.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

19.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do subitem 19.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c” e “d”.

19.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

19.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

19.1.6 - A aplicação das sanções prevista neste item observarão o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

19.1.7 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

## 20 - RESCISÃO

20.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.



## 21 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

**ORIGEM DOS RECURSOS:** 100 – RECURSO PRÓPRIO

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.9.0.39.00

**DOTAÇÃO:** 66

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 5.1.4.131.3.2005

## 22 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente aos serviços prestados por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela CONTRATADA e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente entrega do objeto contratual.

22.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os itens que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Projeto Básico, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

22.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

22.5 – O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a CONTRATADA promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal 8.666 de 1993.

22.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

22.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

22.8 – No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento), caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso

## 23 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

23.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

## 24 – ESTIMATIVA DE PREÇO

24.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 89.100,00 (Oitenta e nove mil e cem reais)**, conforme especificações do Projeto Básico.



24.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

24.2.1 – O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

24.2.2 – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

24.2.3 – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

24.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **25 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS**

25.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

## **26 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

26.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

26.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

26.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

26.5. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do PROMITENTE para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

26.6 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.



26.7 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

26.8 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

26.9 – Não será aceita a forma de subcontratação na execução do contrato com exceção do estabelecido no Termo de Referência.

26.10 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

**27-INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

<b>Parte A</b>	-	<b>Informações Específicas sobre o Edital</b>
<b>Parte B</b>	-	<b>Procedimentos da Licitação</b>
<b>Anexo 1</b>	-	<b>Formulário Oficial de Proposta</b>
<b>Anexo 2</b>	-	<b>Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação</b>
<b>Anexo 3</b>	-	<b>Modelo de Declaração</b>
<b>Anexo 4</b>	-	<b>Modelo de Carta de Credenciamento</b>
<b>Anexo 5</b>	-	<b>Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006</b>
<b>Anexo 6</b>	-	<b>Projeto Básico</b>
<b>Anexo 7</b>	-	<b>Minuta de Contrato</b>

**Elias Ferreira da Rosa**  
**Pregoeiro**



**ANEXO 1**  
**FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA**

Processo n.º 1639/2017

Licitação n.º 034/CPL/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR CENTIMETRAGEM

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI.**

**EMPRESA:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

**BANCO/AGÊNCIA:**

**CONTA BANCÁRIA Nº:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CM/COLUNA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI.  Publicação de Atos Oficiais em Jornal Diário de Grande circulação no Estado do Rio de Janeiro.  Tamanho estimado: 2 colunas x 9 cm, Fonte Arial Tamanho 8.  Tiragem inicial: 10.000 (Dez mil) exemplares por edição, de circulação diária, podendo haver tiragens extras, se expressamente solicitadas;  FORMATO –tablóide.  TIPO DE PAPEL – jornal.  IMPRESSÃO – 1/1 cor preta.	3.300		
<b>VALOR TOTAL R\$</b>				

**PRAZO PARA INICIAR A EXECUÇÃO:**

**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS**

**DATA:**

*Carimbo de CNPJ*

*Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado*





**ANEXO 1.1**  
**ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CM/COLUNA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI.</p> <p>Publicação de Atos Oficiais em Jornal Diário de Grande circulação no Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Tamanho estimado: 2 colunas x 9 cm, Fonte Arial</p> <p>Tamanho 8.</p> <p>Tiragem inicial: 10.000 (Dez mil) exemplares por edição, de circulação diária, podendo haver tiragens extras, se expressamente solicitadas;</p> <p>FORMATO – tablóide.</p> <p>TIPO DE PAPEL – jornal.</p> <p>IMPRESSÃO – 1/1 cor preta.</p>	3.300	R\$ 27,00	R\$ 89.100,00
<b>VALOR TOTAL R\$ R\$ 89.100,00 (Oitenta e nove mil e cem reais).</b>				

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



## ANEXO 2

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada a Rua \_\_\_\_\_, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 034/CPL/2017.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



### ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social: .....

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 034/CPL/2017 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



## ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À  
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/CPL/2017

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a) ....., nacionalidade ....., cédula de identidade nº ....., emitido pelo ....., para, em nome da .....(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



**ANEXO 5**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/CPL/2017

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade n \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é \_\_\_\_\_ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**



**ANEXO 5.1**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 (SOCIEDADES COOPERATIVAS)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/CPL/2017

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade n \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

**OBSERVAÇÃO:**Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura as Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**





## ANEXO 6 PROJETO BÁSICO

### CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI.

#### **OBJETO:**

O presente projeto básico tem por objeto especificar, para fins de **Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de publicação em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, dos Atos Oficiais da Prefeitura Municipal de Paracambi.**

**1.1** , bem como estabelecer a sistemática de operação dos serviços e demais informações necessárias à regulação da futura relação contratual.

**1.2** Os serviços descritos neste Projeto Básico serão prestados por empresa especializada no ramo de publicação de atos oficiais, com capacitação técnico-profissional que atenda aos requisitos estabelecidos no subitem 7.1 do presente.

**1.3** Os Jornais com de Atos Oficiais da Prefeitura Municipal de Paracambi deverão ser distribuídos encartados em jornais de grande circulação diária no Estado do Rio de Janeiro e distribuídos de modo a permitir maior divulgação e conhecimento público dos seus conteúdos.

#### **2 JUSTIFICATIVA DO PROJETO:**

Justifica-se a necessidade de contratação visando o cumprimento do comando legal pertinente à publicidade dos Atos Administrativos, para atendimento ao disposto no art. 21, III da Lei Federal nº 8.666/93, em especial, a divulgação dos certames licitatórios, visando a ampliação de competitividade.

#### **3 ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:**

**3.1** A Secretaria de Governo, órgão requisitante e responsável pela publicação de Atos Oficiais do Município de Paracambi, entregará à empresa contratada, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, até às 17:00 horas, as matérias a serem publicadas no Diário de Atos Oficiais da Prefeitura Municipal de Paracambi, observado o Projeto Básico.

**3.2** É expressamente vedado incluir nos Jornais com de Atos Oficiais matéria estranha aos atos do governo, sob pena de inadimplemento contratual a ser punido com as sanções estabelecidas no contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI.	Cm x Coluna	3.300



	<p>Publicação de Atos Oficiais em Jornal Diário de Grande circulação no Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Tamanho estimado: 2 colunas x 9 cm, Fonte Arial</p> <p>Tamanho 8.</p> <p>Tiragem inicial: 10.000 (Dez mil) exemplares por edição, de circulação diária, podendo haver tiragens extras, se expressamente solicitadas;</p> <p>FORMATO – tablóide.</p> <p>TIPO DE PAPEL – jornal.</p> <p>IMPRESSÃO – 1/1 cor preta.</p>		
--	---	--	--

### **3.3 LOCAIS DE ENTREGAS E NÚMERO DE EXEMPLARES DO DIÁRIO DE ATOS OFICIAIS.**

**3.3.1** – Os exemplares de jornais serão distribuídos e entregues diariamente na sede da Administração Central do Município, situada na Rua Juiz Emilio Carmo, nº 50, Centro Paracambi, em quantitativo de 80 exemplares.

**3.3.2 - Horário de entrega**- os exemplares os Jornais com de Atos Oficiais, deverão ser entregues pela empresa contratada, de segunda a sexta-feira, nos locais indicados até às 09 horas.

**3.3.3** - A empresa contratada para executar os serviços objeto deste Projeto Básico se obriga a transmitir pela internet para endereço eletrônico específico do órgão de comunicação oficial da Prefeitura de Paracambi, no mesmo dia, imediatamente após a definição da formatação final do Diário de Atos Oficiais, a ser reproduzido, o conteúdo daquele informativo, com vista a que aquele órgão o introduza, tão logo, no sítio oficial da Prefeitura na internet, de modo a torná-lo acessível ao público, gratuitamente.

### **3.4 FORMA DE ENVIO DOS ATOS OFICIAIS PARA IMPRESSÃO GRÁFICA**

**3.4.1** – Para melhor atendimento das necessidades desta Administração, a empresa deverá disponibilizar dois prepostos para serem responsáveis pelo atendimento preferencial, com indicação de número de telefone fixo e celular (com whatsapp) e email, a fim de estabelecer contato com agentes da Secretaria de Governo para tirar quaisquer dúvidas e receber os conteúdos que serão publicados.

**3.4.2** A empresa deverá prestar atendimento de 2ª à 6ª feira, até as 19h.

**3.4.3** É de responsabilidade da empresa manter em perfeito funcionamento o meio de contato indicado, comunicando aos agentes da Secretaria de Governo do Município qualquer interrupção ou falha providenciando, imediatamente, outra forma de contato similar.

**3.4.4** O texto para publicação será produzido pela Secretaria de Governo em software de edição de texto (Microsoft Word ou Compatível).

**3.5.5** O texto para publicação será enviado à empresa contratada por correio-eletronico, ou, excepcionalmente, via whatsapp.

**3.4.5.1** A empresa deverá indicar o endereço eletrônico ou o número do aparelho de fax para o qual serão encaminhados os textos para publicação.



**3.4.6** Na impossibilidade de utilização dos meios de envio indicados neste item, em razão de eventual problema, caberá à empresa providenciar ao Município outra forma de envio, de modo a não comprometer a execução dos serviços objeto desta contratação.

**3.4.7** O texto a ser publicado será acompanhado de autorização para publicação, será enviado pelos servidores da Secretaria de Governo responsáveis pelo acompanhamento e acompanhamento e fiscalização da contratação, com a indicação do local de inserção da publicação e da data em que deverá ser veiculada.

**3.4.8** A empresa deverá indicar ao Município o horário limite para envio de publicação, de modo que esta ocorra no dia seguinte ao do envio.

**3.4.9** A empresa deverá confirmar o recebimento do texto para publicação, bem como a possibilidade de publicação na data fixada pelo Município.

**3.4.10** A empresa deverá enviar aos fiscais da contratação, no mesmo dia da publicação ou no dia útil subsequente, 40 exemplares da edição do jornal veicular a publicação proveniente do Município.

**3.4.11** Em caso de publicação com erro e/ou omissão, fora da data fixada pelo Município, decorrente de causa atribuível à empresa, esta fica obrigada a providenciar a republicação com devida correção, e, ainda, a arcar com eventuais prejuízos que isso acarretar ao Município ou a terceiros interessados.

O envio das matérias para a empresa contratada executar os serviços de diagramação, impressão e distribuição do Jornal será de responsabilidade do Setor de Publicação de Atos Oficiais da Prefeitura de Paracambi, por meio de transmissão e senha, eletrônicas, preferencialmente, ou por meio magnético ou, ainda, por impressão gráfica, observado o Projeto Básico.

**3.4.2** - No caso de eventual falta de conexão para transmissão das matérias a serem publicadas, a empresa contratada será informada, em tempo, responsabilizando-se a mesma, ainda, a mandar um seu representante àquele Setor de Publicação da Prefeitura, para recebimento das matérias, até às 17:00 horas daquele dia em que ocorreu o evento que impossibilitou a transmissão eletrônica.

#### **4. REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

**4.1** Fica estabelecido que o contrato que decorrer deste Projeto Básico deverá observar o Regime de Execução Empreitada por Preço Unitário, em atendimento ao que dispõe o art. 40, *caput*, combinado com a alínea "e", inciso IX, art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **5. NORMAS DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

**5.1** A fiscalização da execução do contrato a ser celebrado com a empresa obedecerá as normas constantes do Decreto Municipal nº 4.482, de 06 de janeiro de 2017 e normas constante da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **6. NORMAS TÉCNICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO:**

**6.1** A empresa que vier a ser contratada para execução do objeto deste Projeto Básico deverá estar informada sobre a necessidade de observar o fiel cumprimento das respectivas Normas Reguladoras (NR) de Segurança e Saúde do Trabalho, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



## **7 PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO:**

**7.1** Para fins de avaliação de capacitação operacional, as empresas licitantes interessadas na prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico, independentemente da apresentação dos documentos legais necessários e das certidões exigidas no Decreto Municipal nº 4.482, de 06 de janeiro de 2017 e na Lei Federal nº 8.666/93, deverão comprovar a produção de publicação de atos oficiais efetuada para qualquer órgão público ou privado.

## **8. PRAZO DE DURAÇÃO CONTRATUAL E GARANTIA:**

**8.1** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de publicação do extrato deste instrumento no órgão oficial do Poder Executivo Municipal, podendo ser prorrogada na forma do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

**8.2** O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir imediatamente após a subscrição do instrumento contratual, e o início da execução do objeto se dará, pela contratada, após a primeira ordem de serviço a ser emitida pelo titular do órgão contratante a ser emitida pelo titular do órgão contratante.

**8.3** Os dias que antecederem o início da contagem do prazo de execução, a que se refere o subitem anterior, não serão computados na contagem dos prazos de execução. Correspondem ao período a ser concedido pelo titular do órgão contratante, à contratada, para fins de mobilização.

**8.4** A contratada deverá, a critério da contratante, como garantia, recolher no ato da assinatura do contrato o valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor global a ser contratado, em forma das modalidades de prestação de garantia definidas no §1º, do art. 56, da Lei nº. 8.666/93, que lhe será devolvido no término do contrato, no caso de não ocorrer nenhuma dedução proveniente de multa não recolhida aos cofres da contratante.

## **9 FONTE DE RECURSOS:**

**9.1** As despesas para a execução do contrato, no presente exercício, correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Governo, abaixo classificadas: **Programa de Trabalho: 05.01.04.131.0003.2005**

**Elemento de despesa: 3.3.90.39.00**

**Origem dos recursos: RECURSOS PRÓPRIOS**

O restante dos recursos estarão consignados no orçamento dos exercícios subsequentes.

## **10. CRITÉRIO E PERIODICIDADE DAS MEDIÇÕES:**

**10.1** Os serviços executados deverão ser medidos pela Comissão de Fiscalização do Contrato, tendo por base o centímetro (cm) por coluna (col), de cada Diário de Atos Oficiais publicados e apresentados em planilhas ao titular do órgão contratante por ocasião da realização das cobranças.



**10.2** O contrato entre o Município e a empresa contratada será mantido prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

**10.3** Caberão à fiscalização as seguintes funções:

- a) acompanhar e fiscalização a prestação de serviços pela contratada;
- b) elaborar os textos para publicação e encaminhá-los à contratada;
- c) confirmara publicação dos textos encaminhados;
- d) receber os exemplares da edição do jornal em que tenha havido publicação;
- e) encaminhar exemplares de jornais com publicação às unidades da Administração Municipal interessada;
- f) manter registro das ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
- g) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O. s) numerada e, de preferência, em 02 (duas) vias, uma das quais será visada pela empresa, só assim produzindo seus efeitos;
- h) comunicar a Administração o cometimento d falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;
- i) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- i.1) para conferencia do valor a ser pago, o fiscal devera considerar o tamanho efetivo da publicação no jornal;
- j) manter controle do saldo contratual, considerando numero de publicações e numerário (R\$) disponíveis;
- k) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

**10.4** As medições deverão ser efetuadas considerando os serviços realizados do dia 25 do mês anterior até o dia 25 do mês seguinte serem entregues ao titular do órgão contratante que designou a Comissão de Fiscalização do Contrato até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês, acompanhadas dos documentos legais de cobrança.

## **11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**11.1** Pela execução do contrato que pactuar os serviços objeto deste Projeto Básico, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes, a Prefeitura Municipal de Paracambi pagará a importância total que vier a ser contratada em **parcelas mensais** até o limite máximo estabelecido.

**11.2** Os processos de pagamento deverão observar o disposto no Decreto Municipal nº 4.481 de 05 de janeiro de 2017, devendo estar acompanhadas dos seguintes documentos.

- a) Nota Fiscal/Fatura (duas vias);
- b) Planilha de Medição;
- c) Cópia do Contrato;
- d) Cópia de Termos Aditivos, se houver;
- e) Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- f) Prova de Regularidade com FGTS; e
- g) Prova de Regularidade com INSS;
- h) Certidão de Dívida Ativa;



i) Certidão negativa de débitos trabalhistas.

**11.3** Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Paracambi no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela;

**11.4** Nos termos do que dispõe a alínea “d”, Inciso XIV, do Art. 40 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam estabelecidos os seguintes critérios de penalizações e compensações financeiras:

**11.5** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculado pro rata die.

**11.6** Os pagamentos feitos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês pro rata die.

**11.7** A partir do 5º (quinto) dia, a contar da data do recebimento da Ordem de Início da Execução Contratual, a ser expedida pelo titular do órgão contratante, as medições dos serviços serão efetuadas, levando em conta os serviços efetivamente realizados.

**11.8** Será deduzido de cada pagamento, pela Prefeitura Municipal de Paracambi, o valor correspondente ao Imposto sobre Serviço (ISS), devido, pela contratada, pela prestação dos serviços realizados.

## **12. CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO:**

**12.1** Durante a vigência do contrato original o preço estabelecido para execução do serviço deverá ser fixo e irrevogável, podendo, entretanto, ocorrer qualquer alteração desde que devidamente justificado e observado, rigorosamente, os dispositivos constantes do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

**12.2** Caso seja prorrogada a vigência da relação contratual, os valores serão reajustados com base no IPCA/IBGE.

## **13. RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO:**

**13.1** Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

**Provisoriamente**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinando pelas partes em até 2 (dois) dias da comunicação escrita do contratado, acusando o término do serviço.

**Definitivamente**, por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso de 5 (cinco) dias da aceitação provisória se constatado não haver pendência em relação à execução contratual.

**13.2** O contratado está obrigado a refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou imperfeições resultantes de falhas de execução ou dos materiais empregados.

**13.3** O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil pela qualidade dos serviços, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

## **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Na execução do contrato a contratada deverá atender as seguintes obrigações:





- a) Observar, na execução dos serviços, as normas e especificações técnicas a que estiverem legalmente vinculadas, bem como as estabelecidas neste Projeto Básico, no Edital, e no contrato que vier a ser celebrado;
- b) Arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
- c) Providenciar, junto aos órgãos competentes, sem ônus para o contratante, todos os registros, licenças e autorizações que forem necessárias ao cumprimento do contrato que vier a ser celebrado;
- d) Fornecer todos os materiais, ferramentas, equipamentos e veículos necessários à execução dos serviços objeto do contrato, bem como toda a mão-de-obra;
- e) Certificar-se, respondendo por eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados e os de suas eventuais subcontratadas que fizerem uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tais como capacete, botas, luvas, capas, óculos e outros legalmente exigíveis, concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho;
- f) Atender aos pedidos fundamentados para substituir ou afastar quaisquer de seus empregados;
- g) Permitir ao contratante, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhes forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- h) Manter, em lugar acessível a qualquer momento, um "Livro de Ocorrências" para o registro de ocorrências e irregularidades constatadas no decorrer da execução contratual, que deverá ser assinado, diária e simultaneamente, pelo representante credenciado da contratada e pelo fiscal do contrato;
- i) Responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- j) Executar o objeto deste Projeto Básico com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a serviços dessa natureza;
- k) Acatar as determinações da fiscalização do contrato no sentido de substituir, de imediato, os serviços feitos com vícios, defeitos ou imperfeições;
- l) Disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste Projeto Básico, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- m) Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste Projeto Básico, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção da Prefeitura Municipal de Paracambi;
- n) Responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados por seus empregados ou prepostos ao contrato ou a terceiros;
- o) Empregar quando da execução dos serviços, até o seu final, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável, designando um servidor que a representará em suas relações com a fiscalização do contrato.
- p) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,



todas as condições e qualificações exigidas para a sua habilitação na licitação;

**q)** Efetuar os serviços contratados por decorrência deste Projeto Básico obedecendo-se, fiel e integralmente, todas as condições nele estabelecidas, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do contrato;

**r)** Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato que vier a ser celebrado, conforme estabelece o § 1º, Art. 65 da Lei nº 8.666/93;

**s)** Comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o contratante, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o seu representante no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;

**t)** Fornecer às suas expensas, todos os materiais de proteção e segurança do trabalho, indispensáveis para a execução do Contrato que vier a ser celebrado, em quantidades compatíveis com o número de pessoas empregadas;

**14.2** A empresa que vier a ser contratada para executar o objeto deste Projeto Básico será a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, e ainda pela proteção destes e de eventuais instalações implantadas para a execução do contrato;

**14.3** Correrão por conta, responsabilidade e risco da contratada as consequências de imprudência, imperícia ou negligência sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:

**a)** má qualidade dos serviços prestados;

**b)** violação do direito de propriedade industrial;

**c)** furto, perda, roubo, deteriorações ou avarias de materiais ou equipamentos;

**d)** ato ilícito seu, de seus empregados ou de prepostos, que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;

**e)** acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com empregados seus ou com terceiros, na execução dos serviços necessários a execução contratual, ou em decorrência da execução deles;

**14.4** O contratante poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda, de inobservância ou desobediência as suas determinações, cabendo a contratada, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus encargos decorrente;

**14.5** Quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pela Comissão de Fiscalização, obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo de Ação Regressiva contra quem tiver dado causa;

**14.6** Obriga-se ainda o contratado a:

**a)** obedecer, estrita e rigorosamente, aos prazos estabelecidos neste Projeto Básico e no Edital, cabendo a Município de Paracambi, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização.

**b)** submeter à prévia aprovação do titular do órgão contratante qualquer alteração das especificações originalmente pactuadas;

**c)** apresentar ao respectivo órgão da Prefeitura Municipal de Paracambi, sempre que solicitado,



os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada;

d) comunicar ao fiscal dos serviços, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), os motivos de força maior que possam justificar a interrupção dos serviços.

## **15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1** As infrações das disposições contratuais, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, sujeitarão à empresa que vier a ser contratada a sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 que, conforme a gravidade da falta, poderão acarretar as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa; e
- c) declaração de inidoneidade.

### **15.2 Advertência**

**15.2.1** A pena de advertência aplicar-se-á nos casos em que a Contratada seja primária na infração cometida. A Comissão de Fiscalização do Contrato, a seu critério, poderá decidir pela notificação formal, advertindo à Contratada de que, em caso de reincidências as sanções pecuniárias, previstas, lhes serão aplicadas.

### **15.3 Multas pecuniárias**

**15.3.1** A Contratada estará sujeita a multa pecuniária, a ser aplicada pela Comissão de Fiscalização do Contrato, quando do cometimento das seguintes infrações:

#### **15.4 Infrações do grupo 1:**

- a) Não cumprimento de Editais, Avisos ou Ordens;
- b) Desautorizar ou recusar documentos da fiscalização do contrato;
- c) Descumprir, na execução do serviço, o estabelecido no Projeto Básico e demais especificações pactuadas;
- d) Deixar de observar, na execução do serviço, normas técnicas obrigatórias fixadas nas normas da ABNT;
- e) Deixar de observar, na execução do serviço, exigências das legislações Municipais, do Estado ou Federal;
- f) Manutenção em serviço de empregados cujo afastamento tenha sido exigido pela Comissão de Fiscalização do Contrato, na forma prevista no contrato;
- g) Constatação da ingestão de bebidas alcoólicas e uso de narcóticos por servidores da contratada, quando em serviço; e
- h) Deixar de cumprir, sem motivo justificado, os prazos parciais ou totais pactuados.

#### **15.5 Infrações do Grupo 2:**

- a) Incontinência pública de qualquer preposto da Contratada;
- b) Deixar de apresentar à fiscalização da execução contratual, quando solicitada, documentação exigida por lei;
- c) Não fixar em local regulamentar ou manter encobertos documentos cuja exibição seja exigível por Lei;
- d) Deixar de designar preposto para acompanhar a execução do serviço, nos termos do disposto



no art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93;

- e) Deixar de fornecer uniformes, calçados padronizados e equipamentos de proteção individual, conforme exigências das leis trabalhistas;
- f) Deixar de promover a identificação de seus empregados na forma que vier a ser estabelecida pela Comissão de Fiscalização do Contrato;
- g) Deixar de cumprir às determinações da Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1997 e demais portarias que aprovam as normas relativas à segurança e medicina do trabalho;
- h) Deixar de disponibilizar quaisquer equipamentos, instrumentos, ferramentas ou materiais necessários à realização dos serviços, cuja falta possa vir a prejudicar o regular andamento da execução contratual;
- i) Desfazer-se de rejeitos do serviço sem a observância das normas legais que disciplinam essa prática;

#### **15.6 Valores pecuniários das multas**

- a) Por infrações do Grupo 1 a Contratada será penalizada com multa pecuniária no valor correspondente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global estimado do contrato que vier a ser pactuado;
- b) Por infrações do Grupo 2 a Contratada será penalizada com multa pecuniária no valor correspondente a 3 % (três por cento) sobre o valor global estimado do contrato que vier a ser pactuado; e
- c) Se as multas aplicadas superarem o valor da Garantia de Execução Contratual prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### **15.7. Declaração de inidoneidade**

15.7.1 A pena de declaração de inidoneidade aplicar-se-á no caso de apresentação de informação falsa a qualquer órgão ou representante do Município de Paracambi, em proveito próprio ou de terceiros ou em prejuízo destes.

15.7.2 A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada, exclusivamente, por decisão do titular do órgão contratante, por proposição da Comissão de Fiscalização do Contrato, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

#### **15.8 Outras considerações sobre infrações**

- a) Cometidas, simultaneamente, duas ou mais infrações, aplicar-se-á a penalidade correspondente a cada uma delas.
- b) Havendo reincidência, quando a mesma infração for cometida pela Contratada, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se, sempre, o limite de 20% (vinte por cento).
- c) Em caso de rescisão, por culpa da contratada, a multa a ser aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
- d) Autuada a infração a Contratada será formalmente notificada e receberá a segunda via do auto de infração 5 (cinco) dias, a contar da notificação, com efeito suspensivo.
- e) Os recursos de infrações serão julgados por Comissão designada pelo titular do órgão contratante, com número mínimo de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes;
- f) Da decisão denegatória da Comissão cabe recurso ao titular do órgão contratante, ainda com



efeito suspensivo além de obrigatoriedade de caução, correspondente ao valor da multa, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento da denegação recurso.

**g)** A Contratada terá o prazo de 10 (dez) dias para o pagamento da multa, contados do recebimento da notificação da aplicação da mesma, se não houver apresentado recurso no prazo estabelecido, ou do trânsito em julgado do recurso interposto;

**h)** A autuação da infração não desobriga à Contratada de sanar imediatamente a falta que lhe deu origem;

## **16. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1** Qualquer alteração que vier a ocorrer no Projeto Básico, após a celebração do contrato, será comunicado, tempestivamente, pelo titular do órgão contratante à empresa contratada, de modo a possibilitar a adoção das providências necessárias para o seu atendimento, sem quaisquer prejuízos das partes.

**16.2** Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ficando eleito o foro deste Município para dirimir eventuais contendas judiciais.

**16.3** A empresa contratada deverá manter a regularidade fiscal e social durante toda a relação contratual como pressupostos indispensáveis para o recebimento dos créditos.

**16.4** Os casos omissos e não previstos neste Projeto Básico poderão ser esclarecidos pelo titular do órgão contratante, em consonância com a Lei nº 8.666/93, a Lei Orgânica Municipal, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis e cabíveis, conforme o caso.

**Pedro Paulo da Silva Junior**

Superintendente de Acompanhamento Geral



**Projeto Básico – Processo Administrativo – Anexo I**

**LOCAL DE ENTREGA E NÚMERO DE EXEMPLARES DOS DIÁRIOS DE ATOS OFICIAIS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI**

UNIDADE	ENDEREÇO	Nº DE EXEMPLARES
Administração Central do Município	Rua Juiz Emilio Carmo, nº 50, Centro Paracambi	40



## ANEXO 7

### MINUTA DO CONTRATO

MINUTA – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E \_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29138278/0001-01, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de \_\_\_\_\_, carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF/MF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a \_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, portador da identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, celebram o presente CONTRATO Nº \_\_\_\_\_, conforme processo administrativo nº \_\_\_\_\_, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto Municipal nº 4.482/2017 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

#### ÍNDICE

CLÁUSULA	ASSUNTO
1ª	DO OBJETO
2ª	DO PRAZO
3ª	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4ª	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5ª	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6ª	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7ª	DA EXECUÇÃO,
8ª	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9ª	DA RESPONSABILIDADE
10ª	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11ª	DA GARANTIA
12ª	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13ª	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO
14ª	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15ª	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16ª	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17ª	DA RESCISÃO
18ª	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19ª	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20ª	DO FORO DE ELEIÇÃO





## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI.**

**Parágrafo primeiro**– Os serviços contratados serão executados na forma especificada no Projeto Básico.

**Parágrafo segundo** – O serviço será cobrado de acordo com as publicações realizadas no Jornal.

## CLÁUSULA SEGUNDA -DO PRAZO

**Parágrafo primeiro.** O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

**Parágrafo segundo.** O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato, proporcionando todos os meios necessários ao desempenho dos serviços contratados;
- c) exercer a fiscalização e o acompanhamento do contrato, notificando a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, na forma definida no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;

## CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) observar, na execução do contrato, as normas e especificações técnicas a que estiver vinculado, bem como as estabelecidas neste contrato, no Edital e no Termo de Referência.
- b) arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários( diurno, noturno, domingos e feriados) necessários ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- c) providenciar junto aos órgão competentes, sem ônus ao **MUNICÍPIO**, todos os registros, licenças e autorizações necessárias ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- d) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços, inclusive no que se refere à limpeza durante e após o término dos mesmos
- e) substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- f) permitir ao contratante, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como atendendo, prontamente, às determinações que lhes forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- g) Responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- h) executar os objetos contratado com zelo, diligencia e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável e serviço dessa natureza;
- i) disponibilizar o pessoal necessário à execução do contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar todas as prescrições relativas às Leis Trabalhistas, previdenciária, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- j) arcar com o ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da execução dos serviços contratados, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do **MUNICÍPIO**;
- k) responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados por seus empregados, prepostos ao contrato e a terceiros;



- l) empregar quando da execução dos serviços, até o final, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável;
- m) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- n) efetuar os serviços contratados obedecendo-se, fiel e integralmente, todas as condições nele estabelecidas, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do contrato;
- o) Comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados contra o **MUNICÍPIO**, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo-o no processo até o julgamento final, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- p) reparar quaisquer danos de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos e/ou mão-de-obra ou decorrentes de ação ou omissão, inclusive negligência, imperícia, imprudência ou desídia, casual ou proposital, que tenham sido causados a quaisquer equipamentos e instalações do **MUNICÍPIO** e/ou a terceiros, bem como por erros ou falhas na execução ou administração dos serviços;
- q) Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:
  - i. má qualidade dos serviços prestados;
  - ii. violação do direito de propriedade industrial;
  - iii. furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
  - iv. ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
  - v. acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.
- r) O **MUNICÍPIO** poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou, ainda, de observância ou desobediência às suas determinações, cabendo a **CONTRATADA**, quando as razões da paralisação lhes forem imputáveis, todos os ônus encargos decorrentes;
- s) Quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pela Comissão de Fiscalização, obrigam a **CONTRATADA**, à conta e risco, repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo de Ação Regressiva contra quem tiver dado causa;
- t) Obriga-se ainda a **CONTRATADA** a:
  - i. Obedecer, estrita e rigorosamente, aos prazos estabelecidos no Projeto Básico e no Edital, cabendo ao **MUNICÍPIO**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito a indenização;
  - ii. Submeter à prévia aprovação do titular do órgão contratante qualquer alteração das especificações originalmente pactuadas;
  - iii. Apresentar ao respectivo órgão do **MUNICÍPIO**, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada;
  - iv. Comunicar ao fiscal dos serviços, no prazo máximo de 48 hrs, os motivos de força maior que possam justificar a interrupção dos serviços.
- u) prestar os serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, observando todas as especificações técnicas exigidas no projeto básico/termo de referência;
- v) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços;

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.



**Parágrafo primeiro.** Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

**Parágrafo segundo.** Durante a vigência do contrato original o preço contratado para a execução do serviço deverá ser fixo e irrevogável.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

**ORIGEM DOS RECURSOS:** 100 – RECURSO PRÓPRIO

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.9.0.39.00

**DOTAÇÃO:** 66

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 5.1.4.131.3.2005

**Nota de Empenho:** \_\_\_\_\_

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, e nos termos do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**Parágrafo primeiro.** A execução do objeto contratual observará o descrito no Termo de Referência e no cronograma físico-financeiro anexos, que poderão ser acrescidos, revistos e alterados mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária disponível, as condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por uma Comissão de Fiscalização, constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual competirá:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução do serviço julgado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse dos serviços, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**;
- f) analisar a prestação de contas parcial e final do contrato.

**Parágrafo primeiro.** Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

**Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências quando comunicada com antecedência, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

**Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.



Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo quinto.** A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

**Parágrafo sexto.** Os membros da comissão prevista no caput desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

**Parágrafo sétimo.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

**Parágrafo oitavo.** O objeto do contrato será recebido de acordo com as etapas previstas no cronograma físico-financeiro, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o caput desta cláusula, que deverá ser elaborado no prazo de 02 (dois) dias após a comunicação escrita da **CONTRATADA**, acusando o recebimento;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o caput desta cláusula, decorrido o prazo de 05 (cinco) dias de observação e vistoria, contados a partir do recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**Parágrafo nono.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

Os serviços que compõem o objeto do presente contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

**Parágrafo primeiro.** A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços prestados corresponderá às atividades efetivamente executadas e se dará por meio de depósito em conta bancária, em instituição a ser indicada pelo **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo primeiro.** Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratado.

**Parágrafo segundo.** Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

**Parágrafo terceiro.** Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no projeto básico.



**Parágrafo quarto.** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a" da Lei Federal nº 8.666/93.

**Parágrafo quinto.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação;.

**Parágrafo sexto.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão incidência de atualização financeira pelo IGP-M e de juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês, *pro rata die*.

**Parágrafo sétimo.** No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao MUNICÍPIO, será devido o pagamento de multa de \_\_\_\_\_% ao mês, caso inexistir justificativa para a ocorrência

**Parágrafo oitavo.** As cobranças das parcelas de serviços serão feitas pela empresa que vier a ser contratada, de acordo com a periodicidade e valores estabelecidos neste Contrato, deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal / Fatura (duas vias);
- b) Planilha de Medição;
- c) Cópia do Contrato;
- d) Cópias de Termos Aditivos, se houver
- e) Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- f) Prova de Regularidade com o FGTS; e
- g) Prova de Regularidade com o INSS

**Parágrafo nono.** O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

O CONTRATANTE, até \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias após a data de assinatura do contrato, deverá fornecer a garantia de execução contratual de 5 % (cinco por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal n.º 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro - garantia;
- c) fiança bancária.

**Parágrafo primeiro.** A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

**Parágrafo segundo.** Em caso de prorrogação da vigência do contrato de obra, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

**Parágrafo terceiro.** A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

**Parágrafo quarto.** O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA** ocorrerá apenas após o recebimento definitivo dos serviços.

**Parágrafo quinto.** Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do MUNICÍPIO, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

**Parágrafo sexto.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o MUNICÍPIO recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da





garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

**Parágrafo primeiro.** O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**Parágrafo único.** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESTITUIÇÃO DE VALORES AO MUNICÍPIO

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimo por cento) sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de até 5% (cinco por cento) correspondente as infrações do Grupo 1 e multa de 3% (três por cento) correspondente as infrações do Grupo 2, conforme Projeto Básico, que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**Parágrafo primeiro.** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

**Parágrafo segundo.** As sanções previstas nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente às sanções previstas nas alíneas "b", "c" e "d".

**Parágrafo terceiro.** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



**Parágrafo quarto.** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula observará a competência e a forma previstas na legislação municipal, em especial no Decreto nº 4.482/2017.

**Parágrafo quinto.** O valor da multa e o prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade serão fixados de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

**Parágrafo sexto.** Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**, após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo único.** Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA e SUBCONTRATAÇÃO**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

**Parágrafo primeiro.** Na hipótese de anuência do **MUNICÍPIO**, o cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**Parágrafo segundo.** A empresa a ser **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, desde que autorizada, por escrito, pelo **MUNICÍPIO**, e nos limites expressamente indicados pelo **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo terceiro.** Qualquer empreiteira a ser subcontratada para a execução dos serviços parciais deverá ser previamente aceita pelo **MUNICÍPIO**. O pedido formal deverá indicar quais os serviços a serem executados, bem como conter uma relação de serviços semelhantes, realizados e concluídos pela subcontratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**Parágrafo primeiro.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

**Parágrafo segundo.** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo primeiro.** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.





**Parágrafo segundo.** O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS**

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

#### **TESTEMUNHAS**

1 –

2 –



LICITAÇÃO N.º 034/CPL/2017  
PROCESSO N.º 1639/2017  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO: MENOR PREÇO POR CENTIMETRAGEM  
ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO  
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00  
DOTAÇÃO: 66  
PROGRAMA DE TRABALHO: 5.1.4.131.3.2005  
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 89.100,00 (Oitenta e nove mil e cem reais).  
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 06 DE SETEMBRO DE 2017 ÀS 09:00HORAS

**REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 06 DE SETEMBRO DE 2017 ÀS 09:00HORAS**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI.**

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através dos telefones (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: [licitacaopmpparacambi@gmail.com](mailto:licitacaopmpparacambi@gmail.com), mediante entrega de 01 RESMA DE PAPEL A4 e apresentação de carimbo de CNPJ.

**SECRETARIA REQUISITANTE:** Secretaria Municipal de Governo, situada a Rua Juiz Emílio, 528 – Centro – Paracambi – RJ, Tel: (21) 2667-2827.

**VALIDADE DO CONTRATO:** 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Minuta de Contrato

ELIAS FERREIRA DA ROSA  
Pregoeiro

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:	DATA:	